

**PROCESSO** - A.I. Nº 115969.0011/01-8  
**RECORRENTE** - MAXKILO RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - IMPUGNACAO ARQUIVAMENTO DE DEFESA  
**ORIGEM** - INFAZ BÔNOCO (INFAZ BROTAS)  
**INTERNET** - 21.02.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0011-11/03

**EMENTA:** ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Inconformado com o arquivamento da sua peça defensiva em razão da intempestividade ocorrida, interpõe Recurso de Impugnação ao Arquivamento o autuado.

Alega que estava viajando e não interpôs a defesa doutro do prazo legal porém, nunca realizou qualquer operação que ensejasse a cobrança de ICMS pois seu estabelecimento não funcionou.

A PROFAZ analisa o Recurso, entende que embora a intempestividade não possa ser elidida, deve ser exercido o controle da legalidade em consonância com o artigo 113 do RPAF/99, face os elementos constantes dos autos indicarem inexistência do fato gerador do tributo reclamado.

### VOTO

Concordo integralmente com o Parecer da PROFAZ. Inexiste razão para se elidir a intempestividade decretada. Porém, deve haver o exercício do controle da legalidade pelo órgão competente, para sanar este equívoco fiscal.

O nosso voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso e que se exerça o controle da legalidade pela PROFAZ.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado no Auto de Infração nº 115969.0011/01-8, lavrado contra **MAXKILO RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$850,00**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de janeiro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFZ